O historiador e sua função social em tempos "saturados de agoras"

The Historian and Their Social Function in Times Saturated with 'Nows'

José Adilson Filho

Mestre em História pela UFPE, doutor em Sociologia pela UFPB e possui formação em Psicanálise pelo IEPPE. Atualmente é professor associado do Departamento de História da UEPB, onde coordena o Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC).

Resumo: Este artigo, como forma de homenagear à professora Teresinha Queiroz, discute a função social do historiador e o estatuto epistemológico do saber histórico diante das transformações contemporâneas na percepção do tempo, caracterizadas pelo "presentismo". A partir do diálogo com teóricos da sociologia, da filosofia e da história, analisa-se a crise dos paradigmas tradicionais e o desencaixe das estruturas sociais modernas no contexto neoliberal, e o impacto dessas mutações no ensino e no ofício do historiador, alertando para o desprestígio social e utilitarista da disciplina, ao mesmo tempo em que se reafirma seu papel insubstituível na formação da consciência crítica e na mediação da memória. Valoriza-se a interdisciplinaridade como necessidade epistemológica indispensável para ampliar os horizontes de pesquisa e captar as especificidades dos sujeitos historicamente silenciados. Por fim, assinala-se que a operação historiográfica é regida por dimensões éticas, políticas e estéticas, nas quais o historiador atua como um artesão das temporalidades comprometido com a justiça retrospectiva, o combate ao esquecimento e a construção de sentidos para a experiência humana no presente e no futuro.

Palavras-chave: Historiador; Função da história; operação historiográfica; Teresinha Queiroz

Abstract: As a tribute to Professor Teresinha Queiroz, this article discusses the social function of the historian and the epistemological status of historical knowledge in light of contemporary transformations in the perception of time—characterized by "presentism." Drawing on a dialogue with theorists from sociology, philosophy, and history, the text analyzes the crisis of traditional paradigms and the unmooring of modern social structures within the neoliberal context, as well as the impact of these shifts on the teaching and practice of history. It highlights the discipline's loss of social prestige and its reduction to utilitarian ends, while reaffirming its irreplaceable role in fostering critical consciousness and mediating memory. Interdisciplinarity is emphasized as an essential epistemological necessity for broadening research horizons and capturing the specificities of historically silenced subjects. Finally, the article notes that the historiographical process is governed by ethical, political, and aesthetic dimensions, in which the historian acts as an artisan of temporalities committed to retrospective justice, the struggle against oblivion, and the construction of meaning for human experience in both the present and the future.

Key-Words: Historian; function of history; historiographical operation; Teresinha Queiroz

Introdução

Refletir sobre o papel do historiador na contemporaneidade exige compreender as profundas mutações epistemológicas e existenciais que redefinem nossa relação com o tempo. Longe de ser um mero espectador do passado, o profissional da história situa-se no cerne de uma tensão entre a preservação da memória e a aceleração social, operando como um tradutor de experiências que correm o risco de se perder na volatilidade do presente. Compreender esse ofício implica, portanto, mapear as correntes teóricas que sustentam a inteligibilidade das ações humanas no decorrer dos séculos.

Para autores como Giddens (1991), Bauman (1999), Santos (2002), Ianni (2010), Harvey (1994) e outros, pelo menos há três décadas estamos mergulhados em um processo de profundas transformações nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas — a exemplo do Japão, da Coreia do Sul, de Singapura, etc. —, caracterizadas por mudanças técnicas, científicas, políticas, ideológicas, econômicas e culturais que são processadas tanto em nível global como local. Por essa razão, autores como Santos (2002) usam também o termo "glocalização" para nomear tal processo. Tais mudanças afetam simultaneamente as estruturas econômicas e organizacionais, os valores, as representações e os comportamentos dos seres humanos. O que implica dizer que, de fato, estamos imersos em uma nova condição histórica, diferente em diversos aspectos daquele mundo anterior à Guerra Fria e ao colapso do chamado Socialismo Real.

O desfraldar desta nova condição histórica é marcado também pela chamada "crise de paradigmas" (Brandão, 1996) que se define no campo das ideias e da política pela descrença na capacidade teórica, filosófica e política de determinados matizes usados como âncora ou referencial para forjar lutas e utopias ou para a interpretação, compreensão e explicação da realidade sócio-histórica. Essa virada interpretativa e metodológica, que tenciona a própria escrita da história, dialoga estreitamente com as contribuições de Reinhart Koselleck e Paul Ricoeur. Para Koselleck (2006), a modernidade produziu uma ruptura nas categorias de percepção temporal, exigindo do historiador a tarefa de decifrar como os sujeitos articulam suas heranças e seus horizontes de atuação. Complementarmente, Ricoeur (2007) ressalta que a operação historiográfica lida com a representação do passado sob o signo da dívida para com os mortos, transformando o arquivo e o testemunho em pilares de uma representação histórica que busca ser justa e fiel aos acontecimentos.

Essa mutação na percepção do tempo evoca o que François Hartog (2013) define como uma profunda crise nos regimes de historicidade, isto é, nas formas como as sociedades articulam o passado, o presente e o futuro. Segundo Hartog (2013), a contemporaneidade inaugurou o império do "presentismo", um regime caracterizado por um presente hipertrofiado que, ao mesmo tempo que consome o passado como mercadoria ou espetáculo efêmero, bloqueia as projeções de futuro.

Este mundo presentista, mesmo sendo dominado por uma lógica capitalista instituída há alguns séculos, configura-se como "novo" no sentido de que se apresenta enriquecido com o aparecimento de avatares, sensibilidades e práticas individuais e sociais significativamente diferentes. Conforme Giddens (2001), a sociedade atual fora desencaixada e reencaixada em uma dinâmica destoante da modernidade clássica (daquela que compreende os séculos XVIII,

XIX e boa parte do século XX), embora não signifique o fim da odisseia moderna, mas a exacerbação de suas consequências enquanto realidade paradoxal.

Lendo os títulos e as expressões dos especialistas para descrever o mundo atual, temos a sensação de que as linguagens disponíveis são insuficientes para nomeá-lo e defini-lo. Antes parecia que havia um quase consenso no que tange à experiência social ser identificada e classificada como mais ou menos moderna, tradicional, burguesa ou aristocrática. Agora, ao contrário, parece que vivemos sob o signo da mistura e da justaposição entre coisas e seres completamente díspares. Daí o estoque diversificado de nomes e metáforas criados justamente para tentar traduzi-lo. Pós-modernidade, modernidade líquida, modernidade tardia, hipermodernidade, modernidade reflexiva, sociedade do conhecimento, sociedade informacional, era das incertezas, dos extremos, dos vazios — enfim, nomes demais para dizer a mesma coisa? Observa-se, no entanto, um predomínio das metáforas sobre os conceitos. O que para alguns seria uma fragilidade e empobrecimento do pensamento social, para outros assinalaria uma maior pluralidade e horizontalidade da produção de ideias em contraposição à centralidade epistemológica e política exercida pelos paradigmas clássicos.

Esta miscelânea de nomes e títulos é fruto de uma realidade que se apresenta ao mesmo instante como difusa, obtusa e confusa aos olhos treinados dos estudiosos da vida social. Tais misturas e deslocamentos de imagens e signos produzem refrações no olhar e nos levam a ler as coisas de formas múltiplas e dissonantes. Com efeito, como assinala bauman (2005), aumentam e recrudescem os mal-estares e as sensações de desconforto e medo, seguidas da exaltação da ordem, do conforto e da segurança.

Para Bauman (1999), uma das principais características da nossa contemporaneidade situa-se na rapidez como experimentamos o tempo e como esta fragiliza as formas de pensar, sentir e agir de uns com os outros. Pois a bela metáfora de outrora fora invertida: as coisas agora se derretem antes mesmo de passarem pelo estado sólido. A relação entre os seres humanos e destes com os objetos torna-se muito mais volátil e precária do que em quaisquer outras fases da modernidade capitalista. O adjetivo "muito" caracteriza não somente a rapidez, mas a intensidade e a fugacidade com que as relações entre os seres vivos e inanimados são tecidas e desfeitas.

De fato, é uma experiência temporal muito mais acelerada do que aquela analisada por Marx e Engels (1978) e outros pensadores da modernidade clássica. Vivemos em uma condição na qual o individualismo, o hedonismo, o momentâneo são celebrados em detrimento dos sólidos, isto é, das tradições e de alguns projetos e sonhos emancipacionistas.

O historiador, o presenteísmo e a razão histórica

Neste mundo que sucumbe ao valor de troca, o significado e a importância social do passado tendem a ser desprezados e negligenciados. Desta forma, a situação do ensino e do ofício de historiador não é tranquila. Isso pode ser constatado no baixo número de alunos matriculados nos cursos de licenciatura e bacharelado em História de instituições universitárias públicas e privadas, resultado de problemas não apenas financeiros como da falta de identificação com a formação, devido, principalmente, aos baixos salários e à escassez de vagas no mercado de trabalho. Sem falar que a situação torna-se mais dramática nas faculdades particulares, nas quais diversos cursos de História foram extintos e outros tantos encontram-se seriamente

ameaçados de fechar suas portas. Aqueles que convivem diretamente com essa dupla realidade, sentem mais intensamente os dramas da profissão de professor de História e do dilema que atravessa a própria noção de consciência histórica.

Sobre essa problemática do ensino e da consciência histórica, torna-se indispensável evocar as contribuições fundamentais de Jörn Rüsen (2001). Para o teórico alemão, a consciência histórica não é um mero acúmulo de dados eruditos sobre o passado, mas uma estrutura vital de orientação temporal que permite aos sujeitos interpretar suas experiências pretéritas para compreender o presente e projetar intencionalmente suas ações futuras. Desse modo, Rüsen (2001) ressalta que o ensino de História possui uma função social insubstituível: ele atua diretamente na formação da consciência histórica dos estudantes, dotando-os de competências narrativas e críticas cruciais para a consolidação da identidade individual, da autonomia e do exercício pleno da cidadania face às incertezas do mundo contemporâneo.

Este desprestígio social da disciplina de História acentua-se na reduzida carga horária que, na maioria das escolas públicas e privadas, restringe-se ao mínimo de duas aulas ministradas semanalmente. E para piorar ainda mais tal situação, alguns prefeitos e governadores simplesmente excluíram-na da oferta de vagas nos concursos públicos, apesar do número gritante de professores contratados temporariamente. Este descaso articula-se com a perspectiva neoliberal que paira sobre a educação pública brasileira — notadamente em diversos municípios e estados da federação. Se isso ocorre com o ensino de História, o que podemos esperar com relação ao ofício do historiador? Que tipo de contribuição um historiador pode dar a uma sociedade tão utilitarista e pragmática como a nossa?

Pois é sempre bom lembrar que somos componentes de uma sociedade capitalista na qual vicejam o utilitarismo e a exacerbação do individualismo. Faz parte, portanto, de uma sociedade assim questionar a serventia do saber histórico. Para que serve a história? É uma pergunta feita com frequência pelos nossos alunos e outros indivíduos da sociedade, porém, com a ressalva de ser menos ingênua do que a que foi feita por uma criança a Marc Bloch (2001). Hoje em dia, ela é feita com base em um misto de esperança, impaciência e sarcasmo.

A despeito das idiossincrasias da sociedade em que habita o nosso historiador, em tese, seu saber não é produzido para fins mercadológicos. Dito de outra forma: não é feito para ganhar dinheiro ou enriquecer pessoas. Pois tal trabalho implica uma atividade do pensar, mas de um pensar sui generis que busca, retrospectivamente, captar e compreender singularidades passadas. O fazer historiográfico processa-se em um ritmo diferente da pressa e avidez capitalistas. É inegável que a narrativa histórica provoque certo tipo de deleite no leitor, mas bem diferente daquilo que move as expectativas do consumismo. Raramente veremos obras historiográficas virarem best-sellers, a exemplo do que acontece com a literatura e o jornalismo. Uma obra produzida na oficina dos historiadores profissionais dificilmente atingirá as cifras dos seus dublês, isto é, de jornalistas.

Possivelmente sejamos levados a escrever pensando num público maior do que o acadêmico. Mas, ainda assim, não produziremos narrativas que atinjam um gosto tão diversificado e abrangente como os dos jornalistas best-sellers que "lucram" com a venda do passado. E não é por falta de uma linguagem leve e sedutora ou por não saber cativar o leitor comum. Acredito que não seja por isso, mas por conta do peso das regras que presidem tal ofício. Esta singularidade do fazer histórico acadêmico é de fato o que a torna um saber menos massivo.

Esse tempo "saturado de agoras" impõe ao historiador a urgência de romper com a linearidade histórica. Conforme aponta Walter Benjamin (1996, p. 229) em suas teses sobre o conceito de história, "o historiador que parte daí deixa de permitir que as configurações do passado lhe escapem por entre os dedos como as contas de um rosário. Ele apreende a constelação em que sua própria época entrou com uma época anterior, perfeitamente determinada". Assim, o fazer historiográfico se opõe ao esvaziamento do tempo presente, resgatando as fagulhas de esperança que ficaram retidas no passado.

Essa operação analítica exige que se domine a tensão estrutural entre o peso da tradição e a abertura em direção ao novo. Sob essa ótica, Koselleck (2006) demonstra que a experiência histórica se move constantemente na correlação interna entre o "campo de experiência" — compreendido como o passado atualizado, do qual se extraem as heranças institucionais e vivenciais — e o "horizonte de expectativas", que se projeta para o futuro como possibilidade e incerteza. Em tempos de aceleração neoliberal e presentismo hipertrofiado, o encurtamento do horizonte de expectativas tende a obliterar e desconectar o campo de experiência, cabendo ao historiador restabelecer o equilíbrio reflexivo entre o que foi vivido e o que ainda pode ser projetado (Koselleck, 2006).

A capacidade de ligar o presente ao passado e vice-versa nutre seu trabalho de uma dimensão metaforicamente religiosa. A palavra religião deriva de religare (latim), que quer dizer religação. Ou seja, o historiador, ao reconstruir a trama do passado, religa os vivos aos mortos. E, se quisermos ser ainda mais generosos, diríamos que o ato de escrever sobre o passado ajuda a constituir, simbolicamente, uma espécie de ressurreição dos mortos, na medida em que estes passam a ganhar visibilidade e dizibilidade, vida nova, em uma outra temporalidade.

Na escrita da história, a morte e a vida se cruzam, se entrelaçam, se entrechocam e se reconciliam. O historiador é, por excelência, um sujeito que dialoga com os mortos, pois sempre está a falar do que ficou para trás. Mas, tal qual o Angelus Novus de Paul Klee, seus olhos ficam arregalados para enxergar as ruínas que ficaram nas margens do rio da história, no afã de instigar seus contemporâneos à autorreflexão comprometida com a alteridade mais suscetível ao sofrimento e ao esquecimento. A ideia de fornecer alguma inteligibilidade aos dramas dos seus contemporâneos, através do estudo do passado, já havia sido, conforme Gagnebin (1997), primordialmente colocada por Heródoto e Tucídides — fundadores da escrita da História Ocidental.

Problematizar as dores, as alegrias, os sonhos, as lutas e as sensibilidades dos seres humanos que viveram antes de nós fazem parte do compromisso de construir significados e sentidos para a nossa própria caminhada e existência enquanto seres finitos. Esse reencontro com o passado serve, portanto, para nos vitalizar contra as contingências e descartes produzidos pela lógica capitalista. Eis, pois, uma das motivações que justificam a função do historiador em uma sociedade cujo cinismo proclama o descartável, mas igualmente ocultando sua profunda dificuldade para aceitar a própria finitude da sua existe condição histórica.

A morte do homem é algo que esteve sempre no cerne de todas as sociedades, porém pensada e sentida de formas variadas. Os gregos, dos quais somos profundamente tributários, nos ensinar muitas coisas sobre a trama da vida e da morte. Seja no Prometeu Acorrentado de Ésquilo, na Antígona de Sófocles, na filosofia de Sócrates, Platão, Aristóteles e tantos outros — o homem sempre foi "a medida de todas as coisas". Segundo Castoriadis (2004), a reflexão

densa sobre a mortalidade inaugurada pelos gregos impulsionou sua sabedoria, seu humanismo e sua criatividade.

A conscientização profunda dos gregos acerca da finitude humana fê-los, de alguma forma, constituir a sua singularidade e fama pelo mundo afora. Ela ampliou a ideia do homem como ser que cria e se autocria. Mas a sua concepção de tempo era outra, bem diferente da judaico-cristã e moderna ocidental que governa as nossas experiências.

A invenção da História resulta de uma razão sensível, para falar como Maffesoli (1998), que entende que o homem está condenado à finitude e ao ostracismo temporal e, diante desta verdade, busca dar um maior sentido de beleza à tragédia humana. É Clio, a musa do tempo, que traz esperanças para o morto, porque somente ela poder evita a morte plena: o esquecimento. A história é, a meu ver, a criação mais sublime e poética dos gregos, uma vez que possibilita, de um modo especial, recriar, reconstruir ou reinventar — em um outro tempo e para outros seres humanos — a vida e as experiências daqueles homens e mulheres que sucumbiram ao tempo. A consciência da mortalidade permitira aos gregos uma estética e ética da existência que se caracterizava antes pelos cuidados de si e dos outros. Nesse sentido, a sua concepção de um tempo espiralado contribuiu para amenizar suas angústias com relação ao devir e à morte.

Quanto à sociedade moderna e atual, diríamos que o dia de amanhã constitui-se em um dilema angustiante, porque repleto de expectativas, medos e ansiedades. Na sociedade capitalista, o futuro já é presente, já nasce velho, com prazo de validade datado, uma vez que nela reina a pulsão de morte. Ela libera essa energia destrutiva sobre todas as coisas, principalmente nesta fase neoliberal e de profunda reificação das relações humanas. Para Baudrilhar (1996), uma economia que se define pela criação destrutiva, a morte constitui seu principal signo. Se realmente estivermos certos de que, nesta sociedade, parte das nossas energias são transformadas em trabalho socialmente alienado e mercantilizado, pode-se dizer que a relação com as temporalidades tende a se tornarem mais desintrincadas e atomizadas. E é nessa tensão que aparece a importância dos filhos de Clio. Pois lutar contra a desfusão temporal é uma maneira ética e poética de continuar fazendo a vida brilhar.

O Historiador e a interdisciplinaridade: um aprendizado que amplia sua função social

Desde Vico e Voltaire tem sido fundamental a contribuição dada à história pelos nossos confrades das ciências humanas e sociais. Mas será a partir do século XIX que tais contribuições se tornarão mais intensas. No auge da consciência histórica, três filósofos irão trazer novas luzes ao ofício do historiador, mediante uma leitura crítica e original ao que era concebido e praticado como seu modelo oficial. Até hoje reverberam os ecos das questões suscitadas por eles sobre a forma renovada de ver e apreender a história.

Pensadores como Nietzsche já se lançavam a questionar a forma como se produzia e se ensinava a história para os alemães. O intempestivo filósofo alemão interpelava-nos sobre "a utilidade da história para a vida", vista por ele como uma história-antiquário, preocupada apenas em celebrar as glórias do passado, mas que não servia para a vida das pessoas no presente. Para Nietzsche (2003), em sua segunda consideração intempestiva, a escrita da História deveria ser uma espécie de arte — a arte de reinventar a vida, de pesquisar e ensinar sobre sua profusão através das múltiplas vontades de potência que emergiram no passado. E, princi-

palmente, questionar a naturalização da vida social, mostrando que não há moral e costume universais e absolutos devido à historicidade que as envolve e atravessam-nas.

No mesmo nível de importância destaca-se Karl Marx, cuja contribuição fora enorme para ampliar e renovar a escrita e o ensino de História com seu materialismo histórico, ao apontar para o caráter temporal e dialético das sociedades, mediante uma perspectiva sustentada pelas análises das contradições e conflitos entre classes sociais ou pelas mudanças e permanências articuladas a uma noção generosa de processo social. O outro foi Dilthey, que enfatizou a diferença e a singularidade das ciências humanas, seu caráter intersubjetivo como crítica àqueles que buscavam tomar os métodos das ciências exatas como modelo para a análise histórica. Portanto, no século XIX aparece uma instigante e dicotômica discussão sobre o estatuto da história: será ela arte ou ciência? Ranke, Droysen, Michelet, Fustel de Coulanges, Nietzsche e outros se debatiam sobre tais questões.

Na França, tal antinomia atingirá o clímax. Lá, veem-se não apenas historiadores, mas sociólogos, economistas e filósofos criticarem as fragilidades da pesquisa histórica e do ensino. Seus questionamentos se voltam para a legitimidade do saber histórico nos moldes em que era praticado pela escola metódica ou dita positivista. Anos depois, veremos emergir na França o movimento dos Annales, que foi responsável pela crítica mais contundente e sistemática ao que fora denominada como história tradicional. Os Annales não apenas demoliram as bases da história tradicional, bem como criaram um novo paradigma para a pesquisa e o ensino. Clio, a musa do tempo, sofreu um profundo e vasto aggiornamento que trouxera novos temas, objetos, fontes e abordagens para o trabalho dos historiadores e professores.

Esse movimento de renovação consolidou a compreensão de que o isolamento disciplinar compromete a densidade do saber histórico. Como argumenta José D'Assunção Barros (2014), a interdisciplinaridade não constitui um mero adendo metodológico, mas uma necessidade epistemológica primordial para que o historiador consiga formular problemas complexos e decifrar as múltiplas camadas da realidade social, cruzando fronteiras e integrando conceitos que iluminam o vivido sob novas perspectivas. Historicamente, essa postura ativa e combativa foi defendida de forma categórica por Lucien Febvre. Em sua célebre obra Combates pela História, Febvre (1989) convoca os historiadores a derrubarem os muros que cercam as especializações, asseverando que a história é feita com textos, mas também com tudo aquilo que a engenhosidade do pesquisador puder arrancar dos saberes vizinhos, pois "fazer obra de historiador é, por definição, praticar a interdisciplinaridade" (Febvre, 1989, p. 34).

Desde então, o debate pela necessidade de renovação dos estudos históricos não cessou. Os historiadores passaram a se interessar cada vez mais pela leitura e pelas contribuições teóricas e metodológicas dos nossos confrades das ciências sociais e humanas. Podemos afirmar que a interdisciplinaridade forneceu o substrato destas mudanças sofridas por Clio. O diálogo mais intenso com os outros saberes forneceu aos historiadores conceitos, metáforas, métodos, técnicas e linguagens fundamentais à inteligibilidade das distâncias e diferenças que separam os nossos contemporâneos do seu alter ego temporal.

Com a visão e as sensibilidades ampliadas pela apropriação das ciências sociais, os historiadores passaram a ter um maior horizonte de possibilidades para desenvolver suas pesquisas. Seu cardápio se diversificou, incluindo saberes, sujeitos e sabores até então estranhos e marginalizados pela escrita da história tradicional. Temas como sexualidade, cotidiano, imaginário, medo, amor, infância, morte e vida privada ou sujeitos como camponeses, crianças,

bandidos, loucos, mulheres, gays, negros e velhos — enfim, "as maiorias silenciadas" — deixaram as notas de rodapé para ganharem visibilidade nas principais páginas das tramas.

Os historiadores ouviram bem o conselho de Lucien Febvre (1978) de tomarem para si um pouco do saber dos geógrafos, antropólogos, sociólogos, economistas, etc. O que significava dizer que os historiadores deveriam aprender a traduzir para a história questões antes exclusivas daqueles profissionais. Ao mergulhar na seara dos outros, os historiadores continuariam sendo os mesmos artesãos dos tempos, porém de um modo mais complexo e consistente. Complexo porque teria que dominar linguagens e métodos estranhos ao seu ofício, e consistente pelo fato de desejar algo mais do que uma simples narrativa ou versão do passado.

Desta forma, investido de um espírito de antropófago, o historiador não cessaria de desejar o outro, ou seja, de querer "comê-lo" no intuito de apropriar-se das suas linguagens. Esse "canibalismo" volta-se também para o consumo das fontes, a matéria-prima dos historiadores. Antes predominantemente escritas e oficiais, as fontes multiplicaram-se e renovaram-se, adquirindo novas formas, sons e cores, a exemplo da fotografia, da pintura, da oralidade, da publicidade, da música, do cinema, das mídias, etc. Ou seja, qualquer coisa que sirva como evidência da experiência humana vira fonte para os historiadores e pode ser usada como instrumento em sala de aula para enriquecer as leituras e aprendizagens do passado e do presente.

Todos esses avanços foram significativos para a pesquisa e o ensino da história. Mas, por outro lado, também contribuíram exageradamente para fragmentar o conhecimento histórico. Hoje, o campo da história virou uma oficina com diversos artesãos, ferramentas e especialidades: história cultural, história social, nova história política, micro-história, história do corpo, das mulheres e história militar constituem alguns exemplos. O negócio ficou tão "problemático" que François Dosse (1992) denunciou chamando-a de "História em Migalhas".

A prática historiadora dos últimos 20 ou 30 anos tem, efetivamente, se fragmentado em campos, subcampos e especializações. E cada qual criando suas próprias regras de legitimidade e reconhecimento. Parece que fazer história cultural implicaria abandonar a dimensão política, ou, para se fazer história do cotidiano e micro-história, deve-se perder de vista as conexões com processos mais amplos, confundindo-se redução de escala com redução das interações entre a micro e a macrorealidade histórica. Muitas são as situações em que se pesquisa somente o gênero ou a cultura popular, excluindo as interfaces que há entre a política e a cultura, ou entre as representações com o econômico.

Creio que as teorias devem ser usadas para abrir e ampliar as janelas da nossa visão sobre o passado, e nunca como camisa de força. A teoria deve dialogar com a realidade, mas não aprisioná-la. Da mesma forma, a nossa paixão por autores como Marx, Thompson, Hobsbawm, Foucault, Chartier ou Ginzburg não deve se transformar em adoração, porque isso contribui para transformá-los em fetiches, bezerros de ouro de Clio, quando deveriam ser usados para nos proporcionar reflexões e novas possibilidades de interpretação. Mas o que tem acontecido é justamente o contrário: utilizam-se tais autores para sacralizá-los. É daí que advêm os aleijões que se refletem na pesquisa e no ensino.

Todavia, a fragmentação vivida pelo campo da história não representa de todo uma negatividade, já que possibilitou uma multiplicidade de imagens multicoloridas do passado. Através dela, os nossos sentidos puderam captar realidades moleculares, antes quase invisíveis. Trouxe à baila os micropoderes, os microfascismos e aprofundou o conhecimento sobre dadas

particularidades. Cabe-nos, entretanto, articular tais particularidades a processos mais amplos e complexos da vida social e histórica.

O aprendizado gerado pelo diálogo com as ciências humanas potencializou enormemente a função social do historiador na contemporaneidade, na medida em que lhe forneceu linguagem e ferramentas mais ricas e consistentes para interpretar as temporalidades com suas alteridades individuais e coletivas. A interdisciplinaridade, portanto, libertou o historiador do seu autismo, isto é, da limitada percepção do mundo social.

Compromisso político e ético na Oficina dos historiadores

Como afirmara Marx, "o homem não é um ser agachado e fora do mundo. O mundo é o mundo dos homens" (Marx apud Alves, 1988, p. 18). É por isso mesmo que ele se sente interpelado ética e politicamente com o seu tempo. Daí ser importante, como assinala Michel de Certeau (2011), a compreensão do "lugar social" do historiador, isto é, das topografias políticas, culturais, ideológicas e institucionais que condicionam a reflexão e a prática da pesquisa.

A presença envolvendo esta dimensão no seu ofício tem sido explicitada cada vez mais por autores de diferentes matizes. Pierre Nora, em Ensaios de Ego-História (1989), afirma que há décadas os filhos de Clio expõem com mais clareza os investimentos subjetivos e político-ideológicos subjacentes à construção dos seus trabalhos. A mesma coisa afirma Eric Hobsbawm (1998) com relação ao impacto político na sua produção mais contemporânea. No Brasil, em um tempo mais recuado — e sem as sofisticações teóricas e metodológicas de que dispomos hoje —, vimos autores como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda tecendo histórias explicitamente coerentes com seus campos de experiências e seus horizontes de espera, conforme os termos de Koselleck (2006). Trata-se de historiadores que buscavam compreender o nosso passado com o desejo de que a sociedade o removesse do presente. Ao contrário de outros que celebravam e idealizavam nossa formação tentando cristalizá-la, Sérgio Buarque e Prado Jr., tais quais dois mosqueteiros, combatiam pelo seu "esquecimento". Parece paradoxal, mas não é. Para eles, era preciso conhecer e lembrar as raízes da nossa formação histórica para poder "esquecê-la" no sentido de sua superação dialética.

Este desejo de superação foi marcante em Caio Prado Jr., que, advindo de uma família tradicionalmente rica e aristocrática, optara política e epistemologicamente por uma história social voltada para apreender as lutas de classes e o protagonismo das camadas populares. Ele rompera ideologicamente com sua classe e, portanto, com a concepção de história dos seus parentes Eduardo Prado e Paulo Prado.

Sem medo de ser romântico, igualmente a E. P. Thompson (1997), acredito que não devemos ser condescendentes para com a posteridade. Não desejamos que os tecelões, operários, prostitutas, meeiros, camponeses, palestinos, loucos, negros, gays, mulheres e crianças do passado e seus dramas, pensamentos, alegrias, derrotas e vitórias sejam silenciados ou esquecidos. Faz parte do nosso métier, como já salientamos antes, certa empatia com o que definimos como objeto de estudo. Cabe-nos problematizar e questionar tudo aquilo que, sendo histórico, nos é colocado como atemporal, intrínseco ao humano ou de ordem divina e cósmica. Nesse sentido, não ser condescendente com a posteridade é, também, mostrar a historicidade das coisas humanas, suas relações de poder, dominações e subordinações, continuidades e descon-

tinuidades, incompletudes, seus pontos de interrogação, exclamação, seus adjetivos, superlativos — enfim, a gramática que rege suas relações socioculturais.

Hoje, mais do que nunca, a oficina da história joga contra o próprio espelho, isto é, pensa e questiona a si mesma, seu modus operandi, suas mudanças e peculiaridades. Mas esse processo de autorreflexão pelo qual passa a musa do tempo não lhe desvencilhou da ideia original dos fundadores, qual seja, a de lutar contra os esquecimentos e silenciamentos do presente em relação às experiências passadas. Tal ideia articula praticamente todas as tribos do campo historiográfico, sejam elas adeptas do estruturalismo ou do pós-estruturalismo, ou marxistas, positivistas, modernas e pós-modernas — não importa —, cada qual, usando de perspectivas e abordagens distintas, almeja investigar e contar histórias que traduzam as multifacetadas experiências dos seres humanos ao longo do tempo.

Falar do passado para os historiadores profissionais é mais do que uma simples brincadeira ou aventura. Mesmo contendo um caráter lúdico, como já reconheceram Marc Bloch (2001) e Georges Duby (1993), este tipo de história vislumbra algo mais. Acho que até os mais anarquistas e pós-modernos concordariam com isso, pois mesmo tão irônicos e desconstrucionistas com relação ao próprio campo, atuam ativamente a favor de causas políticas específicas.

Por outro lado, ninguém acredita mais que a história seja feita para fazer a revolução socialista ou mesmo para produzir cidadãos patriotas. Ao menos, creio eu, que entre nós estas questões estejam superadas já há algum tempo.

Pelo fato de o historiador ser uma criatura histórica, um ser afetado pelas circunstâncias e desafios do tempo em que vive, torna-se quase impossível ocultar a dimensão política do seu trabalho. Ela lhe atravessa em todas as etapas, porque envolve escolhas, empatias e compromissos mais ou menos explícitos para com esta ou aquela alteridade.

Mas, ao afirmarmos que a dimensão política atravessa a prática historiadora, não significa dizer que não devamos exercer sobre ela um certo controle e distanciamento. As paixões e devaneios ideológicos não podem se sobrepor à honestidade intelectual. E, para que isto ocorra, é preciso ter em mente que a História não é somente "uma arte de inventar o passado", já que incorporou a pragmática científica ao seu fazer. Não abandonamos todo o legado da escola metódica, pois rigor, crítica, objetividade, fontes, métodos e técnicas de pesquisa funcionam como uma espécie de superego contra possíveis excessos de subjetivismo que tendem a afetar a prática dos historiadores.

O superego da prática historiadora também é moldado pelas dimensões ética e estética, âmbitos nos quais a convocação do outro se torna um imperativo. Na perspectiva filosófica de Emmanuel Levinas (2005), o encontro com o outro se estabelece a partir de uma assimetria ética originária, na qual a vulnerabilidade da alteridade nos interpela e nos torna infinitamente responsáveis por ela. Transportada para a oficina do historiador, essa premissa exige que o sujeito histórico do passado não seja reduzido a um mero dado empírico manipulável. Conforme discute Levinas (2005) em sua obra Entre Nós, o verdadeiro respeito à alteridade pressupõe acolher a sua transcendência e a sua voz residual sem assimilá-la de forma violenta às categorias totalizantes do presente.

Essa postura reverbera fortemente no pensamento de Walter Benjamin (1996), que localiza a tarefa política e ética do historiador no compromisso inalienável de escovar a história a contrapelo, articulando uma justiça retrospectiva voltada para a redenção dos vencidos e

marginalizados pela narrativa oficial das elites triunfantes. É um trabalho de escuta sensível do que foi silenciado.

No cenário da historiografia brasileira contemporânea, esse desafio ético de desvelar as tramas do silenciamento e as dores da exclusão social ganha contornos específicos. Antônio Paulo Resende (2001), ao analisar o impacto da modernização urbana em sua obra Desencantos Modernos, mapeia como os projetos de progresso sacrificaram as formas de viver das classes populares, gerando um cotidiano cindido pelo esquecimento forçado e pela perda de referências espaciais e afetivas. Enfrentar esse "desencanto" exige do historiador uma operação que é tanto cognitiva quanto criativa. Como bem salienta Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) em História: a arte de inventar o passado, a operação historiográfica carrega uma inescapável dimensão ficcional e estética, o que não significa mentira ou falsidade, mas o ato técnico e poético de modelar discursivamente a ausência. Para Albuquerque Júnior (2007), inventar o passado é dar forma textual e inteligível aos traços e farrapos de memórias que restaram, transformando o arquivo em um espaço de criação ético-estética capaz de desestabilizar as certezas totalitárias do presente.

Escrever sobre o outro do passado obriga-nos, portanto, a ter consciência da diferença temporal e de tudo o que emerge de problemático daí. Isso implica, principalmente, na percepção e compreensão de que o outro se encontra na desvantagem de ser um interlocutor "passivo", cuja voz para ser ouvida depende da nossa escuta e tradução. É o historiador quem comanda a narrativa. Somos nós que organizamos a trama, tecemos o enredo e ainda quem lhes franquia o direito à palavra e à existência. A ética funciona como uma dosagem para a leitura e interpretação equilibradas, ou melhor, para pôr as coisas na sua justa medida.

Lembremos que o outro, na maioria das vezes, já morreu e não pode voltar no tempo para se defender. Sua fala é residual e é encontrada em fragmentos multicoloridos e dispersos que chamamos de fontes. Suas vidas ganham sentido quando passam a ser interpretadas e narradas através da nossa escritura. A nossa atitude ética reside em compreendê-lo como alteridade ameaçada de sucumbir ao silêncio e ao esquecimento.

Tomá-las como problema de pesquisa implica um aprendizado para nós — homens e mulheres do agora — enredados e acomodados à lógica dos conceitos de consumo, conforto e bem-estar. Saber rastrear as lutas e resistências destas alteridades, seus sonhos e projetos, suas esperanças geralmente abortadas pela violência, força-nos como sujeitos éticos a compreender e a lutar pela sua realização no tempo presente.

É, pois, a escrita da história que nos possibilita uma melhor consciência da diferença de nossa contemporaneidade no que se refere à constelação de civilizações e sociedades anteriores. Com isso quero dizer que a posse de tal suporte ajuda também a libertar-nos do que nos aprisiona como memória e continuidade, como habitus no sentido de Bourdieu (1998), e que se pretende cristalizar em práticas e representações em nossas vidas presentes e futuras.

Nietzsche (2003) via na história uma dimensão estética, fundamental para fazer o homem viver com mais prazer a sua experiência e não sacrificá-la em nome de esperanças cegas. A história deveria contribuir para embelezar a vida humana (Nietzsc Ela resguarda esse elo com as artes, contendo imaginação e criatividade. Sua riqueza situa-se na capacidade de reunir em torno de si tantas dimensões e facetas. A história é um campo aberto, um entre-lugar que permite múltiplas possibilidades aos seus praticantes e leitores.

Cada vez mais é necessária a presença de historiadores para romper o silêncio, os consensos e revelar estratégias de esquecimento, mesmo quando a lembrança seja causadora de tantos sofrimentos como a que envolve os episódios iniciados com o golpe de 1964. Aprendemos que lembrar, às vezes, implica em duplo sofrimento. Mas, no caso deste evento traumático, sofre-se um pouco mais. Muitos dos seus personagens ainda estão vivos, e alguns deles são inclusive historiadores. Neste percurso, razão e emoção se cruzam e se tensionam, levando muitas vezes a memória a se confundir com a história. Isto é parte dos sintomas de uma sociedade que insiste em não querer fazer o trabalho de luto, ou seja, que não almeja sinceramente superar os seus traumas, conflitos e fantasmas do passado, pelo simples fato de não querer conhecê-los profundamente.

A escrita da História com as suas dimensões ética, estética, científica e política faz com que o historiador seja o mais preparado e talentoso dos indivíduos para dar conta da complexidade que é construir interpretações plausíveis e necessárias à compreensão que a sociedade contemporânea deve ter de si mesma. Creio que apenas isso coloca o historiador e sua função social na galeria dos atores imprescindíveis a quaisquer sociedades contemporâneas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

ALVES, Rubem. **O enigma da Religião**. Campinas: Papirus, 1988.

BARROS, José D'Assunção. I**nterdisciplinaridade**: Modelos e Fronteiras. Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUDRILLARD, Jean. **A Troca simbólica e a morte.** São Paulo: Loyola, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: Ou o ofício da História. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a Educação.** São Paulo: Cortez, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do Pensável**. As encruzilhadas do labirinto. (vol. 6). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

DOSSE, François. **A História em Migalhas.** Dos "Annales" à "Nova História". Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.

DUBY, Georges. **A História continua**. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1993.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e históri**a. São Paulo: Imago, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos conceitos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

LEVINAS, Emmanuel. **Entre Nós**. Ensaios sobre alteridade. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do partido comunista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme S. (Org.). **Febvre**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 2. São Paulo: Ática, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história.** Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. (Contém a obra: Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida).

NORA, Pierre (Org.). **Ensaios de Ego-história.** Lisboa: Edições 70, 1989.

RESENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos:** o Recife e as frestas do tempo. Recife: Ed. UFPE, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **A razão histórica**: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. (vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1997.